



**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O GOVERNADOR DO  
BANCO DE MOÇAMBIQUE, ROGÉRIO ZANDAMELA**

**POR OCASIÃO DO SEMINÁRIO SOBRE O QUADRO DE  
REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA SEGURANÇA  
CIBERNÉTICA NO SISTEMA FINANCEIRO EM  
MOÇAMBIQUE**

**MAPUTO, 6 DE MARÇO DE 2020**



**Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho de Administração do Banco de Moçambique,**

**Excelentíssimos. Senhores Representantes de instituições de crédito e sociedades financeiras e demais institutos presentes,**

**Distintos Convidados,**

**Minhas Senhoras, e**

**Meus Senhores,**

**Muito bom dia!**

**Em nome do Banco de Moçambique e em meu nome, quero saudar a todos os presentes e dar as boas-vindas ao encontro sobre a regulação e supervisão da cibersegurança no sistema financeiro em Moçambique.**



O risco cibernético é globalmente reconhecido como umas das ameaças de topo aos mercados financeiros, cujos incidentes cibernéticos tendem a crescer em frequência e sofisticação, impondo desafios acrescidos às instituições financeiras, aos reguladores e supervisores e aos mercados incluindo à bolsa de valores.

Os custos económicos de tais eventos podem ser avultados e danificar, entre outros, a confiança dos depositantes, credores, investidores e do público em geral, na medida em que os riscos cibernéticos podem minar a estabilidade do sector financeiro global.

Os recentes eventos cibernéticos e a falta de consciência colectiva apurada sobre o que esta ameaça representa acentuaram as fragilidades existentes para a enfrentar, pelo que, uma maior consciencialização sobre a natureza dos riscos cibernéticos, suas fontes, implicações e formas de mitigação é o primeiro passo para nos protegermos contra esses eventos.



O contexto actual da cibersegurança caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

- Crescente interdependência dos sistemas financeiros;
- Enquadramento legal ausente ou embrionário, o que cria lacunas no exercício das acções conducentes à supervisão, fiscalização e monitoria;
- Carácter permanente e imprevisível dos ataques, o que obriga a uma vigilância contínua e de implementação complexa; e
- Ausência de cooperação internacional efectiva para uma contenção bem-sucedida do cibercrime.

Minhas Senhoras,

Meus Senhores,

Permitam-me que assinale os desafios que o sistema financeiro, os supervisores e os reguladores têm de enfrentar, nomeadamente, os que decorrem do desenvolvimento tecnológico, do reforço do quadro



regulatório e da reformulação das práticas de supervisão.

Do ponto de vista dos bancos, mostra-se necessário:

- adoptar modelos de governação abrangentes do risco cibernético que permitam uma resposta tempestiva e adequada em termos de incidentes, *compliance* e cumprimento das regras prudenciais e
- reduzir a vulnerabilidade a incidentes de segurança, adoptando controlos específicos para o rastreamento de informação e garantia da segurança das instituições financeiras.

Do ponto de vista das autoridades de regulação, é premente que as dinâmicas em curso assegurem, entre outros, a neutralidade da regulação e a identificação de novos riscos e a consequente adopção de iniciativas regulatórias e de supervisão adequadas.

Minhas Senhoras,



Meus Senhores,

A relevância do risco cibernético desencadeou, por parte do Banco de Moçambique, um conjunto de acções visando garantir um ambiente de cibersegurança resiliente do sector financeiro como um todo. Como corolário dessas acções, destacam-se as seguintes:

- Desenvolvimento de um quadro legal e regulamentar tendo em vista os seguintes objectivos:
  - Gestão do risco cibernético;
  - Cooperação e partilha de informação sobre as ameaças cibernéticas; e
  - Estabelecimento dum quadro analítico de supervisão da cibersegurança e reporte de incidentes cibernéticos.
- Avaliação da resiliência cibernética no sector financeiro, a fim de apurar o nível do risco cibernético intrínseco.

Reconhecemos que a inclusão do sector financeiro e das partes interessadas, nestas iniciativas, onde cada



um dos intervenientes pode contribuir, é crucial para o estabelecimento de um quadro de regulação e supervisão inclusivo e adaptado à realidade de Moçambique.

Distintos convidados,

A melhor defesa da estabilidade financeira passa pela existência de uma regulação que assegure a resiliência cibernética, bem como a adopção da supervisão de tecnologia e das competências adequadas, consentâneas com os novos riscos e cada vez mais sofisticados.

Entretanto, estamos cientes de que a cibersegurança é uma responsabilidade que todos devemos assumir, na medida em que as suas ameaças e riscos extravasam as fronteiras físicas e os limites geográficos, o que demanda uma resposta colectiva e coordenada.

Muito obrigado!